

## Os renegados da história: a importância dos pré-modernos para o pensamento nacional.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999. 319p.

Rafael de Brito Vianna\*

A historiadora Tânia Regina de Luca trás ao seu leitor uma profunda análise da produção intelectual brasileira nas primeiras décadas do século XX, através do livro “A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação”, publicado em 1999. Luca tem como principal objetivo, através das edições do periódico paulista “Revista do Brasil” interpretar os pensadores, a formação do pensamento social, neste período até então pouco explorado pela historiografia, ficando à margem, “expremido” entre a geração intelectual da década de 1870 e à vanguarda modernista de 1922.

Os chamados “pré-modernistas”, neste estudo, ganham uma importante visibilidade e uma oportunidade de debate de suas idéias, até então deixados no ostracismo pela historiografia tradicional. Assuntos como os avanços e as dificuldades encontradas na sociedade brasileira da *belle époque*, a incansável busca por uma identidade nacional apoiada no republicanismo, bem como a ordem e o progresso com suas propostas eugênicas.

A pesquisadora tem como principal cenário de estudo a São Paulo cosmopolita, cafeeira e republicana que começa a galgar seu lugar de destaque no cenário nacional nas décadas de 10 e 20 do século passado. Ao pôr à baila as discussões desta época e seus debatedores, marginalizados pela chamada *história de ruptura*, que privilegia marcos de ruptura social, como grandes revoluções ou movimentos sociais. No Brasil, temos como marco a vanguarda de 1922 como o primeiro e mais importante movimento intelectual brasileiro do século XX, esquecendo-se de suas bases e suas origens. As grandes transformações mundiais e a crescente internacionalização da cultura, trás à tona a busca pela identidade nacional. É neste cenário que a primeira fase do periódico (1916-1925) estudada, torna-se importante instrumento para os intelectuais brasileiros discutirem a sociedade, sua história e seu futuro. Mas como se inicia uma discussão intelectual deste porte e chega à diversas classes sociais se o analfabetismo chega à casa dos 80% no Brasil desta época?

O mundo estava mudando, assim como a sociedade em seus mais variados aspectos. Além da transformação tecnológica por qual a ciência passava, novas maneiras

---

\* Discente do curso de História Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

de comportamento, de visão do mundo surgem. A imprensa acompanha esta revolução social que está acontecendo no virar do século. As novas técnicas de impressão, promovem uma maior qualidade dos jornais e sua maior popularização. É marcante também a mudança de discurso feita pela imprensa. Agora, os jornais passaram de serem meros veículos de propaganda partidária, para serem um instrumento de informação. Desta época surgem as primeiras revistas especializadas no consumo cultural. Revistas dedicadas à moda, à literatura, à vida doméstica, atingindo assim, um público maior e conseqüentemente atingindo várias camadas sociais. É neste cenário que a “Revista do Brasil” será fundada em 1916, para suprir as demandas deste novo público.

O discurso nacionalista, liderado por Monteiro Lobato, que se torna dono da revista em 1918, mostra-nos as preocupações de uma elite pensante, com os rumos que o Brasil deveria tomar e se acham os responsáveis da missão, com uma entonação iluminista, eu diria, de levar o país ao esclarecimento. Era necessário tirar o Brasil das “trevas”, caracterizada por uma sociedade atrasada, sem cultura e educação e abrir os olhos para a modernidade que batia à porta.

Para se ter uma Nação é estritamente necessário um território. Mais do que tê-lo, é importante conhecê-lo. Dessa necessidade de um autoconhecimento, a Geografia como justificadora da História entre em cena nas páginas da ‘Revista’. Além do vasto território e das belezas naturais, era preciso encontrar um elo de ligação, unir as várias regiões e incutir na população o sentimento de pertencimento, de *brasilidade*. Conseguir-se-ia desta forma fazer com que as pessoas se sentissem responsáveis pela manutenção da soberania nacional, agora ameaçada pelo imperialismo das grandes potências, devido ao advento da Primeira Guerra Mundial em 1914.

É nesta busca pelo mito fundante que os colaboradores da “Revista do Brasil” irão debruçar sua atenção, buscando nos tempos Coloniais, até então pouco explorado, a figura do Bandeirante Paulista, o “herói desbravador e civilizador”. Primeiro responsável por esta unidade nacional, tornando-se assim, o fundador da Nação. Até hoje esta idéia de um “Brasil Paulistano” é encontrada. Os diversos artigos publicados no periódico, mostram a preocupação dos intelectuais paulistas em transformar o Brasil num país moderno, rico e desenvolvido à exemplo do Estado de São Paulo. Os paulistas, seriam a exemplo dos bandeirantes, os que levariam a civilidade para os demais cantos do Brasil. Acreditava-se que esta sede por desbravar estava inerente no sangue de todo o paulista.

No embalo deste desenvolvimento desenfreado defendido pelos pré-modernistas, houve uma grande crítica à educação humanista, considerada ultrapassada e sem utilidade. Para muitos, o século que se iniciava era o tempo das Ciências Naturais, Exatas e da Mecânica. O ofício do Bacharel em Direito tornava-se inútil em um país que desejava ser

moderno e por isso precisava de engenheiros e cientistas, responsáveis pelo progresso técnico.

Outra questão que vinha à tona quando se abria a discussão do que era o Brasil, era a questão étnica. Não podemos esquecer que os anos 10 e 20 do século passado, foram o auge dos debates teóricos em torno da “raça” e seus efeitos na sociedade. Como principal veículo de comunicação da elite paulista, a “Revista do Brasil” não teria como ficar de fora dos debates a respeito desta temática.

Para se forjar uma nacionalidade, deveríamos inventar uma “raça brasileira”. Já é bastante conhecida e discutida a recepção das teorias raciais do século XIX em terras brasileiras, bem como as mudanças realizadas aqui no Brasil para se adequarem à realidade nacional. O material publicado pela revista nos aponta os dois principais caminhos por quais os intelectuais contemporâneos ao periódico se enveredavam. A problemática a ser discutida por ambas correntes era a miscigenação da nação.

De um lado tínhamos os “pessimistas” como: Silvo Romero e Nina Rodrigues, que viam na mistura étnica o principal fato para o atraso, a boçalidade e a falta de civilidade da gente brasileira. O sangue indígena e principalmente o africano, envenenavam o puro sangue colonizador lusitano, fizeram do nosso Brasil uma terra de mestiços, fadados ao fracasso. Por algumas vezes esta corrente ganhou voz entre os exemplares da “Revista”. O seu símbolo mais forte foi o personagem criado por Monteiro Lobato em 1914 que teve sua primeira aparição no conto “Urupês”. Era a figura do Jeca Tatu, que tratarei mais adiante, sobre os seus variados nuances ao longo dos anos da primeira fase da revista, tendo o seu criador como diretor do periódico. De outro, que foi a mais forte dentro da revista, foi a dos “otimistas”. Os adeptos desta “corrente” defendiam que a miscigenação a longo prazo, se bem manipulada, levaria a um crescente branqueamento e faria do Brasil futuro, um país desenvolvido como os países do mundo desenvolvido. Note que a concepção dita “otimista”, de qualquer forma, não exonera o índio e o negro da culpa de nossos males. Cabia aos brancos se miscigenarem com as demais ‘raças’ inferiores, para termos num futuro um país totalmente branco.

Criado em 1914, o Jeca Tatu passou a ser símbolo do mulato, caboclo da sociedade brasileira atrasada, arredia à civilização. Em suma, o Jeca era tudo o que éramos, mas não queríamos ser. Este homem do sertão, do além São Paulo, representante de uma sociedade mestiça, indolentes e carregados de negatividade quanto à sua personalidade e genética, fazia da civilizada capital paulista uma exportadora do que o resto do país deveria ser. Mas o Jeca seria visto desta maneira até uma época... depois notamos uma mudança no seu *status*, graças aos higienistas e sanitaristas.

O progresso também vinha acompanhado da idéia de limpeza. Assim como a eugenia defendia um 'limpeza' de sangue, era necessário fazer uma limpeza nas cidades, já que os novos ares do progresso se aproximavam e principalmente da população. O movimento higienista começa a dar seus primeiros passos após a instalação da República em 1889. Maior exemplo foi a campanha a favor da vacina obrigatória, encabeçada por Oswaldo Cruz em 1904. Por muito tempo os eugenistas mantiveram uma estreita relação com os higienistas, grupo este que foi se afastando com as mudanças de concepções de seus adeptos.

A mudança aconteceu quando a problemática da "má qualidade" da população brasileira, deixou de ser vista com os olhos da "raça" e passou a ser defrontada com o fator biológico, principal causador das doenças que se espalhavam pelo interior brasileiro. Agora, as doenças como sífilis, tracoma entre outras eram as culpadas do nosso atraso. Críticas quando à falta de comprometimento do Estado a essas questões, pautam grande parte dos artigos publicados na "Revista do Brasil". Até mesmo o Jeca de Lobato foi interpretado dessa nova maneira. O próprio Lobato faz um *mea culpa* com a famosa frase: "O Jeca não é assim. Ele está assim."

Era necessária que a população fosse informada da importância dos hábitos de higiene, dentro das casas brasileiras. A higienização da sociedade, aos poucos, vai mudando muitos dos costumes das famílias brasileiras. A cozinha, considerada sabedoria popular, começa a se preocupar com a qualidade dos alimentos postos à mesa do brasileiro, tornando-a a arte de cozinhar em ciência. A concepção da época aponta para o pensamento de que uma nação sã, só se faz com cidadãos sãos. Para isto, surgiram inúmeras campanhas a favor da facilitação ao acesso do povo, aos tratamentos oferecidos pela medicina moderna. Preocupados com o futuro do Brasil, também se tornou necessário que a conscientização viesse desde cedo, cabendo às escolas Primárias a distribuição de materiais didáticos para que desde pequenas as crianças soubessem da importância do cuidado da saúde.

Último aspecto abordado pela autora em sua pesquisa a respeito da construção da nacionalidade moderna via "Revista do Brasil" é a língua portuguesa. Na concepção moderna de Estado, nada é mais unificador do que sua linguagem. É a língua escrita ou falada que transmite, na maioria das vezes, toda a carga simbólica de tradições de uma determinada comunidade. O problema da língua, discutido nas páginas da "Revista do Brasil" aponta para a seguinte questão: "Como um país que desejava ter uma cultura, uma nacionalidade própria, ainda mantinha laços de servidão quanto à língua, reminiscências do período Colonial Português?". Bem ou mal, a língua falada aqui, por mais que tenha a base lusófona, tornou-se um idioma único no mundo, devido suas inúmeras peculiaridades. Os

mais ortodoxos como Osório Duque-Estrada defendiam a permanência, se não da pronúncia, ao menos da gramática tal e qual era em Portugal. Contra tais medidas, existiam os nacionalistas como Monteiro Lobato, Olavo Bilac e os modernistas como Mário de Andrade que, notando as peculiaridades da língua portuguesa falada no Brasil, defendiam uma reforma gramatical de acordo com a realidade brasileira, adotando inclusive, no vocabulário nacional, verbetes das culturas indígenas e africanas até então condenados ao ostracismo dos gramáticos ortodoxos.

Nas mais de 300 páginas do livro, podemos constatar e nos informar da importância que esta geração esquecida ou desmerecida, teve para a formação do pensamento brasileiro nos primeiros anos da República. A riqueza da produção intelectual desta elite, que assume para si o compromisso de levar o Brasil ao desenvolvimento e figurar no *hall* das grandes potências modernas, é muito grande. Pelos artigos publicados por esta elite, também notamos que o movimento “pré-moderno” nunca foi sinônimo de homogeneidade, estagnação e apenas uma “ponte”, uma fase transitória entre a geração de 1870, com os modernistas da Semana de 1922.

Este estudo torna-se importante para debatermos o pensamento nacional bem como nossa história intelectual. Através das argumentações da historiadora Tânia de Luca, vemos que existiu uma cultura nacional e muito atuante no período da “República Velha”. Que as preocupações culturais, como o nacionalismo e o antropofagismo já estavam sendo discutidas alguns anos anteriores a 22 e que, antes da Semana de Arte Moderna de São Paulo, já havia cultura neste país.

Recebido em *Janeiro* de 2011

Aprovado em *Fevereiro* de 2011